



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
N.º 292, DE 2025
(Do Sr. Diego Garcia)

Susta os efeitos do Decreto nº 12.466, de 22 de maio de 2025, que altera alíquotas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF).

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PDL-214/2025.

APRECIÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário

PUBLICAÇÃO INICIAL

Art. 137, caput - RICD

CÂMARA DOS DEPUTADOS

GABINETE DO DEPUTADO DIEGO GARCIA

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº _____ / 2025

(DO SR DIEGO GARCIA)

Susta os efeitos do Decreto nº 12.466, de 22 de maio de 2025, que altera alíquotas do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários (IOF).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam sustados os efeitos do Decreto nº 12.466, de 22 de maio de 2025, que "altera o Decreto nº 6.306, de 14 de dezembro de 2007, que regulamenta o Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF", publicado no Diário Oficial da União em 23 de maio de 2025.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O Decreto nº 12.466, de 22 de maio de 2025, publicado com o único propósito de aumentar a arrecadação da União, impõe um grave ônus sobre a população brasileira, especialmente sobre os trabalhadores, os pequenos empresários e o setor produtivo nacional. Trata-se de um ato de evidente desvio de finalidade, que viola a função constitucional do IOF como tributo de natureza regulatória, para convertê-lo em instrumento arrecadatário desprovido de sensibilidade social e responsabilidade institucional.

A Constituição Federal, no art. 153, §1º, admite que o Poder Executivo possa alterar as alíquotas do IOF por decreto. No entanto, essa prerrogativa não autoriza abusos nem permite que o Executivo legisle indiretamente sobre política fiscal, sem qualquer controle democrático ou debate parlamentar. Quando o governo se vale dessa brecha para majorar tributos em um momento de crise econômica e endividamento generalizado, está extrapolando os limites da legalidade tributária e ferindo o princípio republicano da separação de poderes.

Os impactos sociais e econômicos da medida são profundos. Segundo dados da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), a alíquota do IOF para pessoas jurídicas foi elevada de 1,88% para até 3,95% ao ano – mais que o dobro. O encarecimento do crédito, em um país que já convive com o terceiro maior juro real do mundo, é um verdadeiro golpe contra a geração de empregos, os investimentos e a sobrevivência das pequenas e médias empresas, muitas das quais já enfrentam dificuldades extremas para manter suas atividades.



O Decreto também atinge diretamente os empreendedores do Simples Nacional, que representam 60% das empresas brasileiras e 64% das empresas paranaenses. Essas empresas, que já lutam com uma carga tributária sufocante, infraestrutura precária e burocracia excessiva, agora enfrentarão um novo obstáculo para acessar crédito. Ao invés de medidas de incentivo, o Governo opta por uma política que pune quem trabalha, produz e gera empregos, enquanto preserva gastos públicos ineficientes e desonera setores improdutivos.

Além de penalizar a população com uma política fiscal insensível e equivocada, o Governo atinge frontalmente a indústria paranaense, responsável por 28,5% do PIB do Estado e mais de 1 milhão de empregos diretos. Essa indústria não toma crédito para consumo, mas para expandir, empregar e inovar. Equiparar pessoas físicas e jurídicas na tributação do crédito, como justificado pelo Governo, revela desconhecimento técnico e insensibilidade política.

Por tudo isso, este Projeto de Decreto Legislativo visa sustar os efeitos do Decreto nº 12.466/2025, com fundamento no art. 49, inciso V, da Constituição Federal, como medida de proteção ao interesse público, de defesa do setor produtivo e de preservação da função institucional do Congresso Nacional. O Parlamento não pode permanecer omissa diante de medidas unilaterais e tecnicamente frágeis, que sacrificam o Brasil que produz em nome de uma arrecadação emergencial e irresponsável.

Esta proposição representa um apelo por racionalidade fiscal, equilíbrio entre os Poderes e compromisso com a recuperação econômica nacional. O Brasil precisa de uma agenda de crescimento, com crédito acessível, segurança jurídica e controle eficiente dos gastos públicos – não de mais impostos disfarçados de regulamentação.

Peço o apoio dos nobres colegas para que a aprovação deste Decreto Legislativo ocorra com urgência, em defesa da indústria nacional e do setor produtivo.

DIEGO GARCIA

DEPUTADO FEDERAL



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO – CEDI
Coordenação de Organização da Informação Legislativa – CELEG

DECRETO Nº 12.466, DE 22 DE MAIO DE 2025	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2025/decreto-12466-22-maio-2025797486-norma-pe.html
DECRETO Nº 6.306, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2007	https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2007/decreto-6306-14-dezembro2007-566561-norma-pe.html

FIM DO DOCUMENTO